

PRÁTICAS GLOCAIS BIOPOLÍTICAS
o processo comunicativo do movimento do software livre
e dos hackers nos Pontos de Cultura no Brasil

André Fogliano¹

Resumo: As práticas glocais biopolíticas serão analisadas, neste trabalho, tendo como objeto o processo comunicativo do movimento do *software* livre e dos *hackers*, caracterizado pela apropriação política das máquinas comunicativas glocais. Para isso, faremos um reconhecimento inicial do *modus operandi* do capitalismo contemporâneo e sua relação com a categoria da comunicação social fundamentado principalmente nas teorias de Negri, Hardt e Trivinho. Em seguida, deslocamos o foco para as possibilidades de resistência e inovação que emergem junto e antagonicamente aos dispositivos de controle do capital. As práticas glocais biopolíticas dos adeptos do *software* livre e dos *hackers* inseridas no lastro estrutural da rede dos Pontos de Cultura serão privilegiadas na nossa análise por introduzirem elementos novos ao debate envolvendo a comunicação e processos de transformação social.

Palavras-chave: Império; práticas biopolíticas glocais; produção de subjetividade; *software* livre; Ponto de Cultura.

Abstract: Glocal biopolitical practices will be analyzed, in this essay, with a focus on the communicative process of the free software and hacker movements, that is based on the political appropriation of glocal communication machines. For this analysis, we will develop an initial understanding of contemporary capitalism's *modus operandi* and its relationship with the form of social communication based on Negri's, Hardt's and Trivinho's theories. Then, we shift our attention to the possibilities of resistance and innovation that emerge both alongside and adversarial to the capital's dispositifs of control. Free software users and hackers' glocal biopolitical practices, inserted in the Points of Culture framework, will receive privileged treatment in our analysis so that we may introduce refreshing elements into the debate regarding communications and new processes of social transformation

Keywords: Empire; glocal biopolitics practices, production of subjectivities; free software; Point of Culture.

Nota introdutória

Uma análise crítica dedicada a investigar a complexidade do capitalismo corre o eminente risco de ser inconsistente ao não abordar a centralidade da categoria da

¹FOGLIANO, André. Mestrando do programa de estudos pós-graduados em Comunicação e Semiótica da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Membro do CENCIB – Centro Interdisciplinar de Pesquisa em Comunicação e Cibercultura da PUC-SP. E-mail: andre.fogli@gmail.com

comunicação social no *modus operandi* do sistema vigente. Dito isto, na primeira parte do presente artigo, intitulada *Codificação do Império*, analisaremos a relação entre o capital e as máquinas comunicativas, comunhão que exerce um rigoroso, mas sutil controle social, sendo eficiente em conservar e reproduzir o *status quo* hodierno. Tomaremos como base os conceitos de *Império* e *biopoder*² formulados por Negri e Hardt e o de *glocal* por Trivinho. Esses conceitos são importantes chaves de leitura para o entendimento da complexidade do sistema capitalista atual em sua produção e reprodução sociais.

Após breve e necessário reconhecimento de como se apresenta o sistema político-econômico-cultural contemporâneo, se coloca a pergunta: como resistir e criar relações sociais e subjetividades alternativas ao modo de produção hegemônico? O foco principal do trabalho recai, justamente, nas práticas de resistência, práticas glociais biopolíticas³ que concentradas no âmbito da comunicação, reconhecem nesse espaço (da comunicação) o campo privilegiado de luta. Seguindo as intuições de Negri e Hardt, procuramos apontar no item 2, *Biopolítica e produção de subjetividades*, que ao biopoder do Império resiste e inova uma produção biopolítica de subjetividade. O exemplo encontrado remete ao processo comunicativo do movimento do *software* livre e da cultura hacker. Esses movimentos apresentam elementos e características para repensar a categoria da resistência e indicam a possibilidade de uma produção alternativa de subjetividades e de novas relações sociais fugidias ao modelo publicizado e naturalizado pelas máquinas comunicativas glociais ligadas ao capital – embora cientes de que muitas vezes essas práticas heterodoxas reforcem o *status quo* do Império.

Por fim, apontaremos que a criação dos Pontos de Cultura (ação precípua do programa Cultura Viva elaborado por Gilberto Gil, Juca Ferreira e Célio Turino à frente do MinC, nos últimos 8 anos) está embebida, desde seu esboço, pela lógica processual e pelos dispositivos comunicativos glociais dos *hackers* e dos adeptos do *software* livre. Os Pontos de Cultura visam a atingir e mobilizar principalmente a base historicamente excluída da sociedade brasileira (jovens urbanos de periferia, classe média precarizada, povos nativos e quilombolas etc.). Essa novidade histórica – uma política pública cultural, orbitada por uma constelação de práticas glociais biopolíticas – descortina um horizonte original de pesquisa.

²Na realidade, o conceito de biopoder é introduzido por Michel Foucault, na década de 70. Negri e Hardt reescalonom e redirecionam o termo.

³Ver item 2.1 do presente trabalho.

A nós interessa indagar: qual a potência desse processo histórico em curso que em seu bojo insere uma parcela específica, mas numerosa da sociedade brasileira num *ethos* capaz de produzir, através de práticas glocais biopolíticas, subjetividades alternativas às estabelecidas pelo capital?

1 Codificação do Império

Negri e Hardt (2002) asseveram que o capitalismo contemporâneo adentra em um novo período histórico. A fase imperialista do capital acabou⁴. Estamos sob a égide do Império, caracterizado, primeiramente, pela sua extensividade, isto é, o sistema político-econômico-cultural vigente postula um regime que envolve o planeta por inteiro. Não existe mais um lado de fora, o Império abrange o espaço em sua totalidade. Em segundo lugar, o Império não emergiu por meio de conquistas, mas pela suspensão da história. A nova ordem mundial é autorreferencial, autopoietica. O Império determina o estado de coisas existentes pela eternidade do seu próprio desenvolvimento, constituindo-se como um regime sem fronteiras temporais. Por último, “o poder de mando do Império funciona em todos os registros da ordem social, descendo às profundezas do mundo social. O Império não só administra um território com sua população, mas também cria o próprio mundo que ele habita.” (NEGRI & HARDT, 2002, p. 14).

Essa reconfiguração social-histórica promana, por um lado, da articulação das antigas instâncias herdadas da modernidade (Estados-nação, política *lato sensu*, direito etc.) com os organismos internacionais constituídos após a Segunda Guerra Mundial, a saber, a Organização das Nações Unidas e Organização do Tratado do Atlântico Norte, assim como a Organização Mundial do Comércio, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, além da emergência das Organizações Não-governamentais e, ainda, das instâncias supranacionais continentais Mercosul, Nafta, União Europeia dentre outros. A análise inicial do Império se dá pela noção de direito que se constrói mediado por esses dispositivos

⁴Cazzeloto observa bem essa passagem de ordem produtiva: “O caráter desse intercâmbio, a complexidade das redes de troca e a dinâmica do mercado são alguns dos fatores que impossibilitam a circunscrição inequívoca de uma nação imperialista, na forma da geopolítica tradicional. Desenham, ao contrário, um certo “campo difuso” pressuposto logicamente, mas com contornos e dimensões indecidíveis. Essa caráter movedição desautoriza o simplismo de “teorias conspiratórias” em prol de uma manipulação em escala global destinada a atender interesses implícitos ou explícitos de corporações multinacionais ou de um Estado específico – embora Negri e Hardt ressaltem sempre a notável presença de empresas e instituições americanas” (CAZZELOTTO, 2007, p. 54).

internacionais. Emerge “uma nova noção de direito, ou melhor, um novo registro de autoridade e um projeto original de produção de normas e de instrumentos legais de coerção que fazem valer contratos e resolver conflitos.” (NEGRI & HARDT, 2002, p. 27).

A crítica feita às formulações expressas nas páginas de Império, como a de Boron (2002), não consegue apreender a mutação em processo. O estofamento estrutural que desenha um novo ordenamento jurídico acompanhado da emergência das instituições supranacionais é atacado com a afirmação de que os autores permanecem no campo abstrato do direito e que a fragilidade desses acordos e organizações aparece quando os interesses dos países centrais, liderados sempre pelos Estados Unidos, são contrariados. O que Boron, por exemplo, não alcança é a construção, desde meados do século passado, de uma estrutura de poder em rede que, como pressuposto, inclui todos dentro do sistema global, embora, muito obviamente, permaneçam as hierarquias e privilégios das nações mais abastadas tanto econômica quanto militarmente. A imagem que se pinta é essa: um sistema que abraça o planeta inteiro, não existe mais lado de fora, apenas vazamentos internos, para a própria autorecomposição.

Esse rearranjo entre Estados-nação e organismos de mando supranacionais é o substrato da transição do imperialismo para o período imperial: a genealogia do conceito de soberania, arquitetado por Negri e Hardt, demonstra, claramente, a passagem do tipo de poder do Estado absolutista europeu, para sua otimização sob a forma Estados-nação e a subsequente transformação em uma soberania de ordem imperial. Tal concepção rechaça, entretanto, qualquer evolução linear; aborda, consistentemente, a transição soberana em uma gama de construções teóricas, conflitos políticos, dinâmicas históricas e culturais, bem como mudanças envolvendo as forças produtivas que impelem o próprio sistema a se reorganizar.

Num segundo momento, os autores deslocam o foco da investigação (de maneira nenhuma menos importante, ao contrário) para a relação do capitalismo com os meios de comunicação social. O discurso imperial se propaga, se hegemoniza e naturaliza-se pela circulação incessante de seus enunciados através das máquinas comunicativas e do imbricamento destas com as corporações transnacionais e seus discursos publicitários (uma profusão de imagens e signos que circulam desde os *media* de massa até as redes interativas digitais, compondo um verdadeiro cinturão de visibilidade mediática). Seguiremos, a partir de agora, essa trilha reflexiva.

1.1 Biopoder e glocalização da existência

O conceito de biopoder, formulado por Foucault e reescalado por Negri e Hardt, é um conceito-chave para entender como se dá a sustentação do Império, por meio das máquinas comunicativas. Segundo os autores biopoder

é a forma de poder que regula a vida social por dentro, acompanhando-a, interpretando-a, absorvendo-a e a rearticulando. O poder só pode adquirir comando efetivo sobre a vida total da população quando se torna função integral, vital, que todos os indivíduos abraçam e reativam por sua própria vontade [...] A função mais elevada desse poder é envolver a vida totalmente, e sua tarefa primordial é administrá-la. O biopoder, portanto, se refere a uma situação na qual o que está diretamente em jogo no poder é a produção e reprodução da vida. (NEGRI, HARDT, 2002, p. 43)

É óbvio que os dispositivos jurídicos e militares jogam papel decisivo na constituição do Império, mas o que nos interessa é essa forma de (bio)poder apriorístico, sem armas, que desce até os gânglios da estrutura social e a reproduz (a sociedade planetária) em um só corpo.

Como se exerce o biopoder? A passagem da sociedade disciplinar para sociedade de controle arregimenta as condições ideais para o exercício pleno do biopoder. A mudança paradigmática ocorre na chamada crise dos dispositivos disciplinares (prisão, escola, hospital, fábrica etc.) que antes prescreviam e formatavam os comportamentos normais e/ou desviados, com o objetivo de tornar os corpos dóceis e produtivos. Os muros e limites desses dispositivos não são mais físicos. Antes, na sociedade disciplinar, o sujeito passava do espaço escolar para a caserna, da caserna para adentrar na fábrica, os espaços eram claros e bem delimitados. Agora, nas sociedades de controle, os muros foram implodidos ou se fundiram. Já não se sabe ao certo os limites dessas instituições. Na sociedade de controle, os dispositivos atuam diretamente no cérebro dos indivíduos mediante máquinas comunicativas com o objetivo de canalizar todo o sentido da vida e o desejo de criatividade para a (re)produção do estilo de vida do sistema vigente.

As máquinas comunicativas são o gonzo que une, produz e reproduz o imaginário único do Império. Em outras palavras, essas máquinas não apenas expressam mas também organizam o capitalismo hodierno. “Organiza o movimento multiplicando e estruturando interconexões por intermédio das redes. Expressa o movimento e controla o sentido de

direção do imaginário que percorre essas conexões comunicativas.” (NEGRI, HARDT, 2002, p. 51). Toda relação seja ela política, social e/ou cultural está deslocada para e entrelaçada, co(n)fundida com os dispositivos tecnológicos comunicativos. Pensar o conceito de glocal no interior dessa dinâmica é um valioso caminho para a leitura desse cenário.

Segundo Trivinho (2007), o glocal é o indexador do global no local e vice-versa, na realidade, inaugurando um terceiro vetor: o *glocal*, um híbrido entre dois termos sem sobredeterminação das partes envolvidas, nem ganho ou perda de um elemento (global ou local) sobre o outro. A leitura mais interessante desse fenômeno social-histórico (glocal), não obstante se dá na indexação do âmbito local na ordem global.

É nessa direção que o glocal se mostra como aquilo que de fato é: um “implante tecnológico” forjado no âmbito local, um esquema mediático “cavado” em cada reduto imediato de ação do corpo, exatamente para dar sustentação material à completa irradiação simbólica e imaginária do que pertence à ordem global. (TRIVINHO, 2007, p. 260).

Nesse esteio, pesa o fato de que o glocal funciona como retaguarda para o fomento, circulação e consumo incessante dos enunciados hegemônicos das grandes corporações transnacionais; meio e mensagem de toda ordem simbólica e imaginária da produção e reprodução do sistema capitalista vigente, sob os auspícios do Império. Dito de outra forma, o Império, por meio dos dispositivos de controle de suas máquinas comunicativas glocais, coloniza toda a relação social, política e cultural [*glocalização da experiência humana* (Trivinho, 2007)], fazendo circular seus enunciados mercadológicos, ao mesmo tempo em que faz com que todo e qualquer enunciado conflitante ao seu (do Império), perpassasse também pelas redes, legitimando assim o (bio)poder do capital. O Império é o modo supranacional de organização do capitalismo global: processo dinâmico em que todas as práticas e relações constituídas e constitutivas são atravessadas pelas máquinas comunicativas glocais.

Podemos afirmar, portanto, que diante das três características apriorísticas do Império descritas no início deste capítulo pesa o fato de a comunicação glocalizada atravessá-las, produzi-las, potencializá-las e as efetivar ao mesmo tempo. Não obstante, é, justamente, na apropriação das tecnologias glocais e na produção, por meio destas, de

discursos conflitantes, fugidios e errantes ao discurso publicitário hegemônico pelas máquinas comunicativas que se constrói o campo privilegiado de disputa (bio)política contemporânea⁵.

A pergunta que cabe agora é: como resistir e criar novas formas de vida, diante desse plano complexo de relações de forças e enunciados ditado pela velocidade dos dispositivos tecnológicos glocalizadores da experiência humana, sob o julgo do capital?

2 Biopolítica e produção de subjetividade

Para podermos falar de resistência ao Império, primeiramente, devemos esclarecer qualquer dubiedade entre os conceitos de biopoder e biopolítica. O primeiro já foi conceituado acima, embora, vale ressaltar o biopoder como algo imanente ao Império: o tipo de governança capitalista na qual toda a vida é administrada, estimulada a produzir, e, sendo assim, levada a trabalhar para a (re)produção da lógica imperial. Em última análise, biopoder é o poder sobre a vida.

A ambiguidade entre biopoder e biopolítica é nítida quando percebemos a diferença de abordagem em diversos e importantes pensadores contemporâneos nas releituras dos termos formulados por Foucault, na década de 70⁶. Negri e Hardt (2011) tentam solucionar essa polêmica: à biopoder, opõem o conceito de biopolítica. Em *Commonwealth* (2011), os filósofos afirmam

to mark this difference between the two “powers of life”, we adopt a terminological distinction, suggested by Foucault's writings but not consistently used by him, between biopower and biopolitics, whereby the former could be defined (rather crudely) as the power over life and the

⁵É necessário deixar registrado que a disputa política em torno das máquinas comunicativas, embora seja um dos espaços privilegiados de luta política dos nossos dias, acaba por validar e reforçar a lógica das empresas tecnológicas e do consequente desenvolvimento de uma sociedade mediada, acriticamente, pelos dispositivos comunicativos digitais.

⁶Autores contemporâneos como Espósito, Agambem, Rose, dentre outros, empregam diferentes sentidos ao termo. Esse debate intelectual se qualifica como um dos mais profícuos na atualidade.

latter as the power of life to resist and determinate an alternative production of subjectivity. (NEGRI & HARDT, 2011, p. 57).⁷

Embora pareça vaga essa afirmação, ela diz muito sobre a diferença entre biopoder e biopolítica. Pelbart (2011) afirma, em sua releitura de Negri e Hardt, que, na sociedade de controle a novidade não é a subsunção absoluta da economia (descrita, outrora, por Marx), da cultura (tematizada pela Escola de Frankfurt). Na realidade, esses processos são, sim, intensificados, abarcando todo o *bios* social. Todavia, esse domínio gera algo paradoxal: ao invés de homogeneizar tudo em um mesmo caldo opaco e cinza, engendra um plano no qual o processo de hibridização das singularidades e da afecção de seus desejos nesse encontro produz uma multiplicidade de linhas e desvios de difícil domesticação. Agora a produção das riquezas se dá no tecido biopolítico, na cooperação e colaboração das singularidades. O capital entra num segundo momento para se expropriar do valor imaterial produzido. Negativo e positivo se invertem.

Biopolítica pode assim ser pensada como a capacidade ontológica que os corpos têm de resistir para continuar existindo. Com efeito, no tecido biopolítico da vida, essa resistência criativa é um valor *a priori* e suscitará, conseqüentemente, a produção de subjetividades, esta entendida “not in an isolated or independent way but in the complex dynamic with the resistance of other bodies” (NEGRI & Hardt, 2011, p. 57)⁸. Isto é, a produção biopolítica de subjetividades é produzida coletivamente, com os corpos resistindo, e, ao mesmo tempo, construindo novas relações sociais. Em poucas palavras, biopolítica é o(s) poder(es) da vida ou, mais precisamente, a potência política e criativa da vida: é o plano onde se produz subjetividades (ou inacabados, incompletos processos de subjetivação) e formas de vida fugidias, as quais emergem da constante luta coletivamente travada contra o controle do biopoder, não apenas para resistir ou conquistá-lo, mas para principalmente obter autonomia sobre a potência da própria vida.

Para Negri e Hardt, isso implica uma estratégia de resistência ao biopoder imperial: é necessária a precipitação de *acontecimentos biopolíticos*. Por acontecimento biopolítico,

⁷Para marcar a diferença destes dois “poderes de vida”, nós adotamos uma distinção terminológica, sugerida pelos próprios escritos de Foucault, embora com pouca consistência usada por ele, entre biopoder e biopolítica, enquanto o primeiro possa ser definido (grosseiramente) como o poder sobre a vida e o segundo como o poder da vida de resistir e determinar uma produção alternativa de subjetividade. (Tradução nossa).

⁸Não de maneira isolada ou independente, mas numa dinâmica complexa junto com a resistência de outros corpos. (Tradução nossa).

entendemos os eventos de ruptura contra a continuidade histórica da ordem existente e a normatividade do sistema. Contudo, esses acontecimentos não podem ser experienciados apenas com a perspectiva de ruptura, negativamente, mas também enquanto inovação e criatividade. Os acontecimentos biopolíticos de hoje mobilizam as singularidades envolvidas na medida em que estas produzem afetos e linguagens, por meio da comunicação, da cooperação e da interação dos seus corpos e desejos voltados para a criação de novas e alternativas subjetividades, novos espaços-tempo, e, portanto, produzindo relações sociais fugidias e formas de vida errantes aos dispositivos de controle do sistema vigente.⁹

2.1 Práticas glocais e produção biopolítica: o movimento do *software* livre e a ética *hacker*

No percurso de se pensar uma biopolítica do glocais em contradito ao biopoder do Império, é interessante aproximar o conceito de glocais ou de práticas heterodoxas glocais com o de biopolítica, como segue.

Práticas glocais existem as mais diversas, mas para efeito da análise (correndo o risco de certo esquematismo) podemos alocá-las em duas variáveis: as ortodoxas e as heterodoxas. As ortodoxas são práticas que apenas validam e reforçam o jogo mercadológico das grandes corporações de tecnologia. Os usuários ordinários navegam nesse mar infotecnológico sem a categoria da crítica, muitas vezes se deixando levar por modismos e discursos publicitários, passando impunemente, ao largo de suas consciências, a nefasta e sutil conservação do *status quo* hodierno.

No que concerne ao objetivo de nossa investigação, interessa-nos o debate em torno das práticas glocais heterodoxas, tensionais – atendo-se ao fato de que o processo civilizatório em curso, alicerçado na proliferação de dispositivos glocais, é irreversível. As práticas glocais heterodoxas buscam politizar e *hackear* as máquinas comunicativas, através da apropriação tecnológica, para produzir (biopoliticamente) processos comunicativos

⁹É possível verificar isso nas revoltas e agitações populares que pululam ao redor do globo atingindo o centro do Império: da queda de regimes autocráticos no cinturão da África do Norte e do Oriente Médio às praças de Londres, Roma, Atenas e Madrid, assim como as manifestações em Wisconsin, nos Estados Unidos, os operários em Jirau no Pará, os agitados quartéis dos bombeiros do Rio de Janeiro e as ruas de diversas cidades brasileiras sendo ocupadas com a Marcha da Liberdade.

divergentes do discurso hegemônico. Podemos denominar essas práticas: *práticas glocais biopolíticas*.

Um bom exemplo dessas práticas glocais biopolíticas pode ser encontrado no cerne do movimento do *software* livre¹⁰ e da ética *hacker*¹¹ que alimenta esse mesmo movimento. Ao longo dos seus quase 30 anos, os adeptos do *software* livre desenvolveram os mais robustos, consistentes e seguros programas computacionais existentes no mundo. Como fizeram isso? Resistência e comunicação: *resistir é comunicar*. A resistência se dá em coletivo, construindo relações sociais por meio de processos comunicativos, processos esses embebidos, no caso do *software* livre, pelo *ethos hacker*: isto é, um comunicar que *a priori* pressupõe a livre circulação de conhecimento socialmente produzido, para criar e continuar produzindo abundantemente, não apenas programas computacionais, mas principalmente relações sociais. Esse modo original de produção (biopolítica) implica, fundamentalmente: horizontalidade, descentramento e distribuição das subjetividades contidas nas redes digitais bem como a livre fruição de conhecimento e informação, dificultando a formação de mediações hierárquicas e autoritárias típicas dos *medias* massivos.

Em última análise: o movimento do *software* livre imerso na ética *hacker* se apropria, por meio de *práticas glocais biopolíticas*, das máquinas comunicativas, para resistir, comunicar e se relacionar autonomamente. Dessa forma, os processos comunicativos destes piratas digitais – verdadeiros dissidentes do capitalismo (GORZ, 2005) – contêm a potência para precipitar *acontecimentos biopolíticos* e produzir em rede, sobretudo, subjetividades e relações sociais que resistem e criam coletivamente alternativas ao modelo hegemônico do capital.

2.3 Por uma biopolítica do glocais: os Pontos de Cultura

¹⁰ Por *software* livre, entendem-se os quatro tipos de liberdades para os usuários de programas computacionais, criados pela *Free Software Foundation*. As quatro liberdades são: a liberdade de executar o programa, para qualquer propósito; a liberdade de estudar como o programa funciona, e adaptá-lo as suas necessidades (o acesso ao código-fonte é um pré-requisito para esta liberdade); a liberdade de distribuir cópias de modo a que você possa ajudar o seu próximo; a liberdade de aperfeiçoar o programa, e liberar os seus aperfeiçoamentos, de modo que toda a comunidade se beneficie (o acesso ao código-fonte é, também, um pré-requisito básico).

¹¹Para Sérgio Amadeu a ética *hacker* se baseia em 3 características elementares: Colaboração, Conhecimento e Liberdade.

No Brasil podemos pensar uma biopolítica glocal na rede dos Pontos de Cultura¹² – ação central do programa cultural brasileiro (Cultura Viva) formulado pelo Ministro Gilberto Gil e sua equipe à frente do MinC, nos últimos 8 anos. Esse programa foi elaborado, fundamentalmente, para atender as classes sociais brasileiras historicamente marginais aos processos culturais instituídos, a saber, jovens urbanos de periferias, classe média precarizada, povos nativos e quilombolas, dentre outros. Os Pontos formam uma rede capilarizada de singularidades que, antes isoladas em seu território de origem, agora *desterritorializam-se*: trocam entre si produtos culturais, experiências, processos de trabalho, numa palavra: comunicação. Desde os rascunhos iniciais em que se idealizava a criação dos Pontos de Cultura, o sinete genuíno, o princípio fundamental condutor do projeto era, a saber, o processo comunicativo do *software* livre e da cultura *hacker*, como afirma Célio Turino (2009, p. 233): “O Ponto de Cultura tem os mesmos princípios do software livre, é um código-aberto.” Mais ainda, como sentenciara Gilberto Gil em discurso proferido na USP em 2004: “Eu, Gilberto Gil, cidadão brasileiro e cidadão do Mundo, Ministro da Cultura do Brasil, trabalho na música, no Ministério e em todas as dimensões da minha existência sob a inspiração da ética hacker.”

A comunicação, na constituição da rede dos Pontos de Cultura, é o alicerce estrutural de toda a dinâmica processual desse programa. Essa comunicação é rizomática, cuja característica precípua é a formação de redes horizontais, descentradas e distribuídas, fluídas e sem a dicotomia autoritária emissor/receptor: todos são ao mesmo tempo emissores e receptores de conteúdo, ou seja, produtores de relação, de comunicação. Em outras palavras, essa comunicação é estruturada em *práticas glocas biopolíticas*.

Para onde aponta essa comunhão entre a lógica do *software* livre e da ética *hacker* – *práticas glocas biopolíticas* – e a rede estabelecida dos Pontos de Cultura? Na realidade, é

¹² Os Pontos de Cultura são definidos como iniciativas culturais desenvolvidas pela sociedade civil que estão sendo potencializadas pelo Governo Federal em parceria com as respectivas Secretarias de Cultura Estaduais. Há, aqui, uma inversão: ao antiquado discurso de se levar a cultura a certos territórios, se reconhece as produções culturais existentes nesses locais, investindo na autonomia e no empoderamento dos seus processos. Os Pontos de Cultura estabelecem vínculo contratual de três anos, com repasses semestrais de trinta mil reais. Do primeiro repasse, há a obrigação de se comprar equipamentos multimídia com *softwares* livre, para que a comunicação entre os pares dos Pontos de Cultura se estabeleça, exclusivamente, nessas plataformas e para além delas.

Segundo dados do MinC, os Pontos de Cultura somam, no ano de 2010, 2,5 mil unidades em mais de 1122 cidades brasileiras, formando uma rede ativa e expansiva, distribuída por todos os Estados da federação. De acordo com dados do IPEA de 2007 a rede dos Pontos de Cultura tem frequência regular de 124.489 pessoas (em sua maioria adolescentes e jovens adultos urbanos de periferia) e frequentadores eventuais calculados em 1.164.161.

um pouco cedo para afirmarmos algo preciso. Mas o que essa comunhão suscita é a precipitação, nas camadas populares do tecido social brasileiro – sem qualquer possibilidade de homogeneização –, de *acontecimentos biopolíticos*. Esses acontecimentos, estimulados por práticas glocais heterodoxas, parecem conter a potência necessária para agenciar novas subjetividades e um renovado debate político no Brasil, de baixo para cima, sem utopias: propiciando, talvez, a emergência de uma estratégia *biopolítica glocal*.

Últimas considerações (ou considerações em código-aberto ...)

Negri e Hardt deixam claro ao longo de sua trilogia – *Império* (2002), *Multidão* (2006) e *Commonwealth* (2011) – a capacidade ontológica de transformação do capitalismo. Essa vitalidade extensiva do capital abrange a totalidade do planeta: não há mais lado de fora. O que há são vazamentos internos, linhas de fuga, vidas errantes nas quais o biopoder do Império, por meio de suas máquinas comunicativas glocais e sua ação de polícia, atua diretamente no cérebro, controlando os corpos a deriva, os fazendo trabalhar na (re)produção do sistema capitalista. Como toda a vida agora é levada a trabalhar para a produção e toda produção posta a trabalhar para a vida (NEGRI e HARDT, 2002, p.51), com essa transformação empírica da categoria da comunicação e do trabalho, abre-se um horizonte original de possibilidades de rupturas e inovações.

Apontamos o movimento do *software* livre e a cultura *hacker* como potências de ruptura e inovação à dinâmica mercadológica hegemônica do Império, não obstante esses movimentos reforcem, involuntariamente, o jogo das corporações tecnológicas. Ainda assim, as práticas glocais biopolíticas, de apropriação das máquinas comunicativas, visam a liberação do sujeito da comunicação e, com efeito, representam uma oxigenação para se pensar formas de resistência. Essas práticas engendram acontecimentos biopolíticos capazes de produzir afetos e linguagens geradoras de subjetividades embebidas num novo *ethos*.

A constituição dos Pontos de Cultura apresenta elementos que apontam nessa direção. Mas ainda é incipiente, carece de estudos mais aprofundados, que virão com o tempo. Doravante, é irrefutável a novidade histórica dessa mistura de *software* livre, ética *hacker* e política pública imaginada e construída pelo MinC, nestes últimos 8 anos.

É interessante ressaltar ainda a conjuntura que se delineia no atual Ministério da Cultura. A recente diretoria do ministério parece querer seguir a cartilha da indústria cultural global, aliando-se a grande indústria cinematográfica e da música e ao polêmico Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (ECAD). Suas ações recentes, passíveis de retrocesso, vão de encontro com algumas significativas conquistas sociais na esfera da cultura, muitas delas pautadas pelos Pontos de Cultura juntamente com outros movimentos organizados da sociedade brasileira. O marco civil da internet, as reformas de direito autoral, e a própria rede dos Pontos de Cultura encontram-se ameaçados de reestruturação e desmonte. A reação de quem opera o biopoder mercadológico prontamente se encarrega de colocar obstáculos, e de se apropriar do que foi e ainda está sendo construído – não obstante o processo histórico está aberto, a depender dos acontecimentos biopolíticos e das subjetividades produzidas no decorrer do percurso.

Por fim, cientes do profícuo caminho de pesquisa que se descortina e dado o atual contexto, vale encerrar com a pergunta problematizada no início do trabalho: qual a potência desse processo histórico em curso que em seu bojo insere uma parcela específica, mas numerosa da sociedade brasileira (jovens urbanos de periferia, classe média precarizada, povos nativos e quilombolas, dentre outros) num *ethos hacker* capaz de produzir, através de práticas glocais biopolíticas, subjetividades alternativas às estabelecidas?

Bibliografia

BORON, A. A. **Império e Imperialismo**: uma leitura crítica de Michael Hardt e Antonio Negri. Buenos Aires: Clacso, 2002

CAZZELOTTO, E. **A inclusão digital e a reprodução do capitalismo contemporâneo**. 2007. 180f. Tese (Doutorado em Comunicação e Semiótica). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

CULTURA VIVA: **avaliação do programa arte cultura e cidadania**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. 2010. Disponível em: www.ipea.gov.br. Acesso em: 16 de mar. 2011.

DELEUZE, G. **Conversações**. São Paulo: Ed. 34, 2008.

DELEUZE, G. GUATTARI, F. **Mil Platôs**. São Paulo: Ed. 34, vol.:1, 2008.

GORZ, A. **O Imaterial**: conhecimento, valor e capital. São Paulo: Annablume, 2005.

GIL, G. **Cultura Digital e Desenvolvimento**. Palestra proferida em aula magna na USP, São Paulo, 08 ago. 2004. Disponível em: www.canalcontemporaneo.art.br/tecnopolitica/archives/000234.htm. Acesso em: 20 de mar. 2011.

NEGRI, A e HARDT, M. **Império**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

_____. **Multidão**: guerra e democracia na era do Império. Rio de Janeiro: Record, 2006.

_____. **Commonwealth**. Massachusetts: Cambridge, 2011.

PELBART, P. P. **Vida Capital**: ensaios sobre biopolítica. São Paulo: Iluminuras, 2011.

SILVEIRA, S. A. **Software livre**: a luta pela liberdade do conhecimento. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

TRIVINHO, E. **A dromocracia cibercultural**: a lógica da civilização midiática avançada. São Paulo: Paulus, 2007.

TURINO, C. **Pontos de cultura**: o Brasil de baixo para cima. São Paulo: Anita Garibaldi, 2009.